

A política de direita de PS, PSD e CDS, em cumprimento das imposições da União Europeia e da submissão aos interesses do grande capital, levou ao abatimento da frota pesqueira do País, ao abandono forçado dos campos, à substituição de produções agrícolas por monocultura florestal.

Foi este o caminho, o da Política Agrícola Comum e da Política Comum de Pescas, para a perda de produção agrícola e para a redução da nossa pesca, em favor das grandes potências produtoras.

A realidade actual tornou ainda mais evidente o papel central da produção nacional – diversificada, equilibrada, articulada e tecnologicamente avançada – para substituir as importações, assegurar o abastecimento interno e as exportações, alcançar a soberania alimentar e energética e enquanto condição básica para decidir, garantir e concretizar as opções soberanas adequadas ao desenvolvimento do País.

**Aumentar a
Produção Nacional
significa:**

**criar emprego
com direitos;**

**substituir importações por
produtos produzidos cá;**

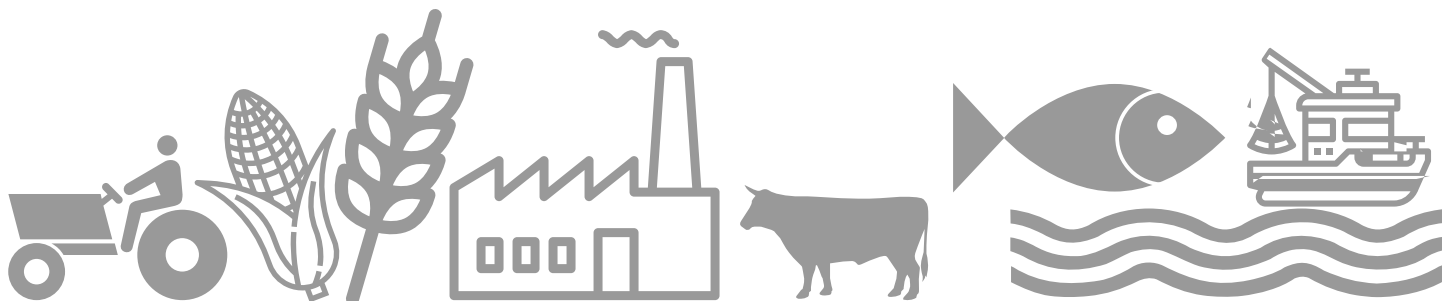
aumentar as exportações;

**combater
o despovoamento.**

PRODUÇÃO EMPREGO DESENVOLVIMENTO

Há outro caminho! Há outra política!

- Uma **Política Patriótica e de Esquerda**, que valorize a produção nacional e designadamente a pequena e média agricultura e a pesca.
- **Que garanta o escoamento** dos produtos agrícolas e do pescado a preços justos à produção.
- **Que garanta que os apoios** são entregues em primeiro lugar para a agricultura familiar; dinamize os mercados de proximidade; fiscalize a grande distribuição; reforce o investimento do Estado nas estruturas de apoio à produção.
- **Que dinamize a indústria** assegurando designadamente a produção de medicamentos, equipamentos médicos, material de transporte (ferroviário e naval), entre outros.
- **Que promova o emprego** com direitos e a valorização dos salários, reformas e pensões.
- **Que valorize os serviços públicos**, em particular, o Serviço Nacional e Saúde, a Escola Pública, os Transportes, a Cultura e a Justiça.
- **Que assegure o controlo público** de empresas e sectores estratégicos, a energia, a banca ou as telecomunicações.
- **Que promova uma justa distribuição do rendimento**, tributando os grupos económicos que fogem ao pagamento de impostos.



OUTRO RUMO PARA O PAÍS: UMA POLÍTICA PATRIÓTICA E DE ESQUERDA

SOBERANIA ALIMENTAR

Produzir em Portugal o que nos obrigam a comprar ao estrangeiro

A alimentação da população é uma questão estratégica para qualquer País. Apesar das excelentes condições para a produção dos alimentos, **Portugal apresenta perigosos défices na balança agro-alimentar**, que se aproximam dos **4 mil milhões de euros** anuais.

Nos **cereais**, Portugal apenas produz **4% do trigo** que precisa,

ou seja, a produção nacional apenas dá para 12 dias no ano; no **milho**, apenas **produz 30%** do que é necessário para alimentação humana e animal; cenário idêntico na cevada e na aveia.

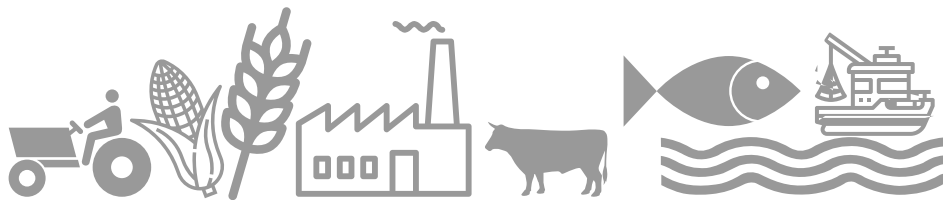
Na **batata**, Portugal passou de País largamente auto-suficiente, para **importador de mais de 300 mil toneladas**.

Na **produção animal**, o país importa mais de **180 milhões de euros** em bovinos e o défice em derivados de carne quase que atinge os 100 milhões de euros.

No **pescado**, apesar de possuir recursos dos mais vastos na Europa, Portugal tem neste momento um saldo negativo na balança comercial de pescado superior a **mil milhões de euros**.

Mais de **90% das explorações leiteiras encerraram** nos últimos anos. E o País compra mais de **50 mil toneladas de queijo e de 75 mil toneladas de leite**, ao estrangeiro.

A ditadura da **grande distribuição** leva a que milhares de toneladas de bens alimentos nacionais não tenham escoamento, mas nas prateleiras dos supermercados o que aparece é o arroz, a carne ou a fruta do estrangeiro.



Orçamento Suplementar: um fato à medida dos interesses do grande capital



O País está a braços com o aumento significativo do desemprego, com a perda de salários e rendimentos, com a desregulação dos horários, com a persistência da precariedade, com o ataque a direitos.

Quando se exigia uma política que respondesse à gravidade da situação, o Governo PS em convergência com o PSD, avançou com um Orçamento Suplementar limitado e insuficiente na resposta aos salários, ao emprego, à pobreza, aos serviços públicos e ao investimento, mas generoso com os grandes grupos económicos.

**O PCP votou contra
o Orçamento Suplementar
porque ele não corresponde às exigências
que a situação coloca.**

É verdade que, por intervenção do PCP — foi o partido que mais propostas apresentou —, foi possível inscrever medidas que respondem de forma limitada a vários problemas. Mas o que se nega aos trabalhadores em salários e na defesa dos seus postos de trabalho, o que falta em resposta aos micro e pequenos empresários para assegurar a sua sobrevivência, o que falta em protecção social a muitos que ficaram sem meios de subsistência, sobra escandalosamente nos apoios aos grupos económicos que vão beneficiar de centenas de milhões de euros de recursos públicos.

O PCP vai continuar a bater-se pelo pagamento dos salários a 100%, pela proibição dos despedimentos, pelo reforço das verbas e meios para o SNS, pelos apoios aos micro, pequenos e médios empresários, pelo apoio a sectores brutalmente atingidos como a cultura, pelo fim dos escândalos como o Novo Banco, as PPP e outros sorvedouros de recursos públicos.



Ficha para contacto

Se pretende aderir ou colaborar com o PCP preencha os seguintes dados que nos permitirão contactar consigo

NOME _____

MORADA _____

CÓDIGO POSTAL _____

TELEFONE _____ E-mail _____

Recorte e envie para:

Partido Comunista Português
Rua Soeiro Pereira Gomes, 3 • 1600-196 Lisboa

pcp.pt
DEP/PCP julho2020

